

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2014**1 - INTRODUÇÃO**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo **INSTITUTO VITAL BRAZIL (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos)**, ora denominado **ÓRGÃO LICITANTE**, com sede na Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ - CEP: 24.230-410, torna público que, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente, ora denominado Autoridade Competente, na forma do disposto no processo administrativo nº **E-08/005/000577/2014**, que no dia, hora e local indicados no item 3 deste Edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais nº 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, Decreto Estadual nº 42.063 de 06 de outubro de 2009, Decreto Estadual nº 33.925, de 18 de setembro de 2003, Decreto Estadual nº 36.414, de 25 de outubro de 2004, Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, e respectivas alterações, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.2 - As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes e deverão ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.3 - O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, e no portal do **ÓRGÃO LICITANTE**, na página www.vitalbrazil.rj.gov.br, opção: "Licitações" podendo, alternativamente, ser adquirido mediante a apresentação de um CD, das 09h00min as 12h00min e das 13h00min as 16h00min, junto a **INSTITUTO VITAL BRAZIL**, Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói, na Sala da Comissão de Licitação.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

1.4 - Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ, das 09h00min as 12h00min e das 13h00min as 16h00min, ou ainda, através dos telefones (21) 2711-9236 e (21) 2711-9223, ramal 172, ou e-mail licitacao@vitalbrazil.rj.gov.br.

1.4.1 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo Setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.5 - Os interessados poderão formular impugnações ao presente Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ, das 09h00min as 12h00min e das 13h00min as 16h00min, ou ainda, através dos telefones (21) 2711-9236 e (21) 2711-9223, ramal 172, ou e-mail licitacao@vitalbrazil.rj.gov.br.

1.5.1 - Caberá ao Diretor Presidente decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).

1.6 - Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, localizado pelo número da licitação no portal, na parte relacionada a futuras licitações, assim como na página eletrônica do **ÓRGÃO LICITANTE**, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente Pregão Eletrônico é a **prestação de serviços comuns de empresa especializada no transporte nacional de medicamentos (coletas e entregas)**, conforme especificação detalhada no Termo de Referência (**Anexo I**).

2.2 - O prazo da execução do serviço será de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da expedição da ordem de serviço, que deverá ser posterior ao início da vigência do Contrato, que será de até 10 (dez) meses, sendo esta última sempre contada da data de publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

3 - DA ABERTURA

3.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

EVENTO	DATA	HORA
Início do acolhimento das propostas	02/12/2014	09h00min
Término do acolhimento das propostas	12/12/2014	09h00min
Abertura da sessão do Pregão Eletrônico	12/12/2014	10h00min
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br	
Número da Licitação no Portal	PE 046/14	

3.2 - Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - Os recursos necessários à realização das despesas do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 010**PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.0002.2016****NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39****5 - TIPO DE LICITAÇÃO E DO VALOR GLOBAL MÁXIMO**

5.1 - O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

5.2 - O valor global máximo aceito pelo **ÓRGÃO LICITANTE** é de R\$ 727.406,94 (setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e seis reais e noventa e quatro centavos).

6 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar deste pregão eletrônico as pessoas físicas ou jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pela SEPLAG.

6.2 - Não será permitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pelo **ÓRGÃO LICITANTE**, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

6.2.1 - Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

6.3 - Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.3.1 - Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.4 - Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

6.5 - O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao SIGA, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu artigo 3º.

6.5.1 - Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/09.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

7 - CREDENCIAMENTO

7.1 - Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis da data de abertura da sessão, conforme previsto no artigo 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/02.

7.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 - O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 - O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações tais como: pessoas que irão operar o SIGA, Classes dos itens de Materiais e Serviços que comercializa e informação de todos os sócios e representantes legais do licitante. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo o respectivo Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Este Termo de Responsabilidade deverá ser enviado pelo licitante, juntamente com a documentação requerida, para a SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 - Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado pelo próprio licitante, a chave de identificação e a senha pessoal e intransferível para acesso às funcionalidades do SIGA.

7.3 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 - O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

8 - DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 - Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste Edital, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subseqüente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de término do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste Edital.

8.2 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3.1 - No momento de abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo IX**, que deverá ser apresentada no momento indicado pelo subitem 15.3.

8.4 - O licitante deverá declarar em campo próprio, no momento do envio de sua Proposta de Preços, junto ao SIGA que:

a) Cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do artigo 2º do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, no caso de se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

b) Cumpre os requisitos de habilitação previstos neste Edital;

c) A proposta esta de acordo com as exigências previstas neste Edital e que a mesma foi elaborada de forma independente, conforme instituído pelo Decreto Estadual nº 43.150, de 24 de agosto de 2011.

8.5 - Em caso de não atendimento do contido no subitem 8.4, o licitante será desclassificado do certame.

9 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, a ser integralmente preenchido.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

9.1.1 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 - O formulário de Proposta de Preços, em sua forma impressa **Anexo II**, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

9.1.3 - Os documentos anexados durante a inserção da Proposta de Preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

9.1.4 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para o objeto desta licitação.

9.1.5 - O licitante deverá lançar no sistema eletrônico unicamente o VALOR GLOBAL de cada lote, relativo ao somatório do valor de cada item.

9.2 - A Proposta de Preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do Contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.2.1 - Quando a execução do objeto contratual envolver a prestação de serviços com mão de obra residente, a Proposta de Preços deverá ser formulada com base na norma coletiva da entidade representativa da respectiva categoria do local da efetiva prestação dos serviços.

9.3 - Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar Declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do **Anexo VII** do Edital.

9.4 - O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SER nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/2004, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação, demonstrada a dedução no corpo da Proposta de Preços - **Anexo II**.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

9.5 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.6 - A Proposta de Preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.7 - Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.7.1 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do **ÓRGÃO LICITANTE**, poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 - A partir do horário previsto no subitem 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.2 - O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00min as 18h00min, após esse período, será bloqueado para tal finalidade.

10.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 - Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

10.6 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 - Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 - Após a finalização do período randômico será aberta pelo Pregoeiro a etapa de classificação. Nesta ocasião o licitante poderá solicitar, mediante prévia justificativa, o cancelamento do seu último lance ofertado durante o período randômico, o que pode ser aceito ou não pelo Pregoeiro. Caso seja aceito, o licitante permanecerá na disputa com o penúltimo lance.

10.7.3 - O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17h20min, tendo em vista que, às 18h00min, o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 - Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da Proposta de Preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no subitem 9.5.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - O julgamento obedecerá ao critério especificado no item 5, sendo R\$ 727.406,94 (setecentos e vinte e sete mil quatrocentos e seis reais e noventa e quatro centavos), o valor global máximo aceito pela Administração.

11.1.1 - No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

11.1.2 - As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item do lote, conforme apurados pelo **ÓRGÃO LICITANTE** e consignados na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários - **Anexo III** do Edital, sob pena de desclassificação da Proposta de Preços, ainda que esta consigne o menor global do lote.

11.2 - O SIGA informará o licitante detentor da Proposta de Preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

11.3 - Havendo empate no momento do julgamento das Propostas de Preços será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 - Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das Microempresas ou das Empresas de Pequeno Porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

11.3.2 - Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 - Caso nenhuma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

11.3.4 - O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas de Preços e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá consoante o critério estabelecido pelo § 2º, do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93 e se este prevalecer deverá ser realizado, em seguida, um sorteio, em sessão pública a ser designada, para a qual todos os licitantes serão convocados.

11.4 - Se a Proposta de Preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 10.8 e/ou subitem 11.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante melhor classificado para que seja obtido melhor preço.

11.5 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 - A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das Propostas de Preços.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Regas Gerais

12.1.1 - Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ - CEP: 24.230-410, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

a) a documentação de habilitação prevista nos subitens 12.2 a 12.6;

b) a Proposta de Preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos, observando o disposto no subitem 11.1.1.

12.1.2 - Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Diretor Presidente na hipótese de sua interposição.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

12.1.3 - Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 - O Certificado de Registro Cadastral do Estado - CRC, mantido pela Subsecretaria de Recursos Logísticos - SUBLO, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 12.2.1, 12.3.1, 12.4.1 e 12.6.1.

12.1.4.1 - Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no subitem 12.5.

12.1.4.2 - Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos subitens 12.2 a 12.6.

12.1.5 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - Habilitação Jurídica

12.2.1 - Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, da mesma lei, as pessoas naturais incumbidas da administração;

g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 - Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes Certidões:

c.1) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito Negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

c.2) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito (ou Positiva com efeito de Negativa), ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de Inscrição Estadual.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

c.3) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio de Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativa de Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito Negativo, referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

12.3.2 - Na hipótese de tratar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato caso se sagre vencedora na licitação, na forma do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.2.1 - Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, será concedido o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas que tenham efeito Negativo.

12.3.2.2 - O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

12.3.2.3 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93.

12.4 - Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 - Deverão ser apresentadas as Certidões Negativas de Falências e Recuperação Judicial, expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as Certidões deverão vir acompanhadas de Declaração Oficial da Autoridade Judiciária

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir Certidões Negativas de Falências e Recuperação Judicial, ou de Execução Patrimonial.

12.4.1.1 - As Certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no subitem 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.5 - Qualificação Técnica

12.5.1 - Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá ser apresentado Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, quando for o caso, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação, ou seja, apta para o transporte de medicamentos.

12.5.2 - O(s) Atestado(s) deve(m) conter o nome, endereço e telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outro meio com o qual o **ÓRGÃO LICITANTE** possa valer-se para manter contato com as pessoas declarantes.

12.5.3 - Apresentação da cópia da publicação no Diário Oficial da União da **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS**, autorizado pela ANVISA, em vigor.

12.6 - Declaração relativa ao Cumprimento do Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

12.6.1 - Os licitantes deverão apresentar Declaração, na forma do **Anexo V**, que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.7 - Do Prazo de Validade das Certidões

12.7.1 - As Certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

13 - COOPERATIVAS

13.1 - Será admitida a participação de cooperativas que atendam, conforme o caso, as exigências do item 12 deste ato convocatório, no que couber, e apresentem, no envelope de habilitação os seguintes documentos:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

- I - Ata de fundação;
- II - Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- III - Regimento interno (com ata da aprovação);
- IV - Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- V - Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- VI - Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- VII - Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- VIII - Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

13.2 - Não será admitida participação de cooperativas fornecedoras de mão-de-obra, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados.

14 - DOS RECURSOS

14.1 - O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro, expondo os motivos. Será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

14.2 - A falta de manifestação do licitante acarretará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

14.3 - As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail licitacao@vitalbrazil.rj.gov.br ou para o fax (21) 2711-9310, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

14.4 - A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1.

14.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

14.6 - As razões de recursos serão dirigidas ao Diretor Presidente por intermédio do Pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, reconsiderará ou manterá motivadamente sua decisão, encaminhando o recurso, posteriormente, ao Diretor Presidente, para decisão final.

15 - DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Diretor Presidente. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Diretor Presidente adjudicará e homologará o procedimento.

15.2 - Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Diretor Presidente, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

15.3 - O vencedor deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do **Anexo IX**, como condição para assinatura do Contrato, ou para retirada da Nota de Empenho, na hipótese de inexistir o instrumento contratual.

15.4 - Na forma do disposto no Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para celebração do Contrato/retirada da Nota de Empenho, Declaração (**Anexo VI**) de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social, reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I - de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II - de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III - de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV - mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

15.4.1 - A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, devendo, no entanto, apresentar Declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

15.5 - Poderá o ordenador de despesas, a seu critério, encaminhar a Declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

15.6 - O licitante vencedor deverá demonstrar, mediante declaração a ser apresentada no ato da assinatura do Contrato de prestação de serviços, com fornecimento de mão-de-obra, que procede à reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas portadoras de deficiência física, conforme determina o artigo 1º do Decreto nº 36.414 de 25.10.2004.

15.7 - Na hipótese de não atendimento do dispositivo nos subitens 15.3, 15.4 e 15.6, poderão ser convocados os demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o artigo 81 da Lei nº 8.666/93, ou das descritas no artigo 7º da Lei nº 10.520/02.

15.8 - Deixando o adjudicatário de retirar a Nota de Empenho ou celebrar o Contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pelo Diretor Presidente, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a retirada da Nota de Empenho, em conformidade com o Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 e a Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130 de 29 de setembro de 2011.

16.2 - A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao **INSTITUTO VITAL BRAZIL**, sito à Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil - Niterói - RJ - CEP: 24.230-410, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

16.3 - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º da Lei nº 287/79.

16.4 - O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

16.4.1 - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

16.5 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

16.6 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

16.7 - O pagamento será realizado em 04 (quatro) parcelas, de acordo com a execução dos serviços.

16.8 - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da Proposta, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **IGPM**, que devesse retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

16.9 - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no parágrafo 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d" do artigo 2º da Resolução SER nº 047/2003.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) Advertência;

b) Multa administrativa;

c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.2 - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

17.2.1 - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

17.3 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **ÓRGÃO LICITANTE**.

17.3.1 - A advertência e a multa, previstas nas alíneas *a* e *b*, do subitem 17.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

17.3.2 - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *c*, do subitem 17.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

17.3.3 - A aplicação da sanção prevista na alínea *d*, do subitem 17.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

17.4 - A multa administrativa, prevista na alínea *b*, do subitem 17.1:

a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

17.5 - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *c*, do item 17.1:

a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;

b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

17.6 - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *d*, do subitem 17.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

17.6.1 - A reabilitação poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

17.7 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

17.8 - Se o valor das multas previstas na alínea *b*, do subitem 17.1, e no subitem 17.4, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.9 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.10 - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

17.10.1 - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.10.2 - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

17.10.2.1 - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas *a*, *b* e *c*, do subitem 17.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea *d*, do subitem 17.1.

17.10.3 - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.11 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estipulado pelo **ÓRGÃO LICITANTE**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

17.12 - As penalidades previstas no subitem 17.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

17.12.1 - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

17.13 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO LICITANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

17.13.1 - Após o registro mencionado no subitem acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas *c* e *d* do subitem 17.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

17.14 - O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, Contrato e das demais cominações legais.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

17.15 - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida no subitem 18.13, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

17.16 - Será aplicada à **CONTRATADA** a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

18 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO, DA SUA ACEITAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

18.1 - O objeto da contratação deverá ser executado fielmente, de acordo com este instrumento convocatório, com o Termo de Referência e cronograma de execução, assim como a legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

18.2 - A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por Comissão constituída de 03 (três) membros designado(s) pelo Diretor Presidente, conforme ato de nomeação.

18.3 - O objeto do Contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, de acordo com o cronograma de execução, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da Comissão referida;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da Comissão constituída na forma acima, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, quando já decorrido o prazo de observação e de vistoria, que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais, a verificação da qualidade e da quantidade do material.

18.4 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

18.5 - A Comissão a que se refere o subitem 18.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao Diretor Presidente, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

18.6 - Salvo se houver exigência a ser cumprida, o processamento da aceitação provisória e/ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do **ÓRGÃO LICITANTE**.

18.7 - Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a Comissão não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas, assinalando prazo para a futura contratada realizar os necessários reparos, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

18.7.1 - O prazo para as correções será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório circunstanciado acima referido.

18.8 - Sanadas as pendências, a Comissão deverá realizar nova vistoria, a ser efetuada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para o recebimento definitivo, se for o caso.

18.9 - O licitante vencedor, ao participar da licitação, anui com todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

18.10 - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do Contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do futuro contratado, nem o exime de manter fiscalização própria.

18.11 - A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

18.12 - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do Contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

18.13 - A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

18.14 - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no subitem 18.13 ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

18.15 - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o Contrato será rescindido.

18.16 - No caso do subitem 18.15, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.

19 - DO PRAZO

19.1 - O prazo de vigência do Contrato será de até 10 (dez) meses, contados a partir da data de sua assinatura, desde que posterior à data de publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula ou, caso haja alteração do cronograma de entrega, até que esta seja efetivamente concluída, na forma do disposto no parágrafo 3º do artigo 77 do Decreto nº 3.149/80.

20 - GARANTIA

20.1 - Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

20.2 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

20.3 - Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

20.4 - Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

20.5 - O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada ao Pregoeiro ou ao Diretor Presidente, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.2 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, observado o princípio da prévia e ampla defesa.

21.3 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

21.4 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

21.5 - Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

21.6 - Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Proposta de Preços;

Anexo III - Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários;

Anexo IV - Minuta Contratual;

Anexo V - Modelo de Declaração para atendimento ao inciso V, do artigo 27 da lei nº 8.666/93;

Anexo VI - Modelo de Declaração para atendimento ao Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003;

Anexo VII - Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas enquadradas no artigo 34, da lei nº 11.488, de 2007;

Anexo VIII - Convênio ICMS nº 26 de 04/04/03 e Resolução SER nº 047 de 24/09/03;

Anexo IX - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta para atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.2011;

Anexo X - Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

21.7 - A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.

21.8 - Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.9 - Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado Proposta de Preços.

21.10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor Presidente, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

21.11 - O foro da cidade de Niterói - RJ, comarca da Capital, é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão Eletrônico e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Niterói, 01 de dezembro de 2014.

Antônio Joaquim Werneck de Castro
Diretor Presidente

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Anexo I – Termo de Referência**

● **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no transporte nacional de medicamentos (coletas e entregas).

● **PRODUTO:** Medicamento genérico Mesilato de Imatinibe 400mg e 100mg - comprimido revestido.

● **JUSTIFICATIVA:** Adimplir o Convênio firmado com o Ministério da Saúde.

● **OBSERVAÇÕES:**

→ A empresa deverá apresentar a cópia da publicação no Diário Oficial da União da **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO PARA O TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS**, autorizado pela ANVISA, em vigor.

→ Produto deve ser mantido em temperatura ambiente (18°C a 25°C).

→ A contratada deverá garantir o seguro do transporte, resguardando as cargas de qualquer fato superveniente.

→ A empresa deverá fornecer os paletes e o filme stretch para proteção, acomodação e embarque dos volumes para cada uma das coletas e entregas. Poderá ser utilizado o transporte terrestre em parte da distribuição desde que os prazos sejam cumpridos e que os critérios de segurança de que a carga necessita sejam mantidos.

→ O cronograma de entrega poderá sofrer pequenas alterações e ajustes em decorrência de necessidades de consumo nos estados.

● **QUANTIDADES E PREÇOS:**

OBJETO	QUANTITATIVO	P.U.	P.T. (R\$)
MESILATO DE IMATINIBE 400MG (comprimido revestido)	1.697.520	R\$63,21	R\$107.300.239,20
1ª Parcela – até 05/01/2015 – 424.380 comp.			
2ª Parcela – até 30/03/2015 – 424.380 comp.			
3ª Parcela – até 30/06/2015 – 424.380 comp.			
4ª Parcela – até 30/09/2015 – 424.380 comp.			

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

OBJETO	QUANTITATIVO	P.U.	P.T. (R\$)
MESILATO DE IMATINIBE 100MG (comprimido revestido)	528.480	R\$15,79	R\$8.350.383,60
1ª Parcela – até 05/01/2015 – 132.300comp.			
2ª Parcela – até 30/03/2015 – 132.180 comp.			
3ª Parcela – até 30/06/2015 – 132.180 comp.			
4ª Parcela – até 30/09/2015 – 132.180 comp.			

● **CUBAGEM E PESO:** Caixas embarque medindo 355 x 328 x 115 mm = 0,0133906m³, pesando aproximadamente 1,900 kg cada.

● **LOCAIS DE COLETA:** Rua Gravataí nº 20 - Jacaré - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.975-030.

● **LOCAIS DE ENTREGA:** Almoxarifado das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e/ou serviço de armazenamento e distribuição de medicamentos do Ministério da Saúde (SADM/MS), conforme relatório abaixo:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Relação dos endereços dos almoxarifados estaduais e SADM/MS**

	Endereço	Município/ Estado
Razão Social:	Almoxarifado Estadual de Medicamentos NUMAB/DF - Distrito Federal CNPJ: 00394700000108	BRASÍLIA/DF
Endereço:	SGAS, 916 Sul, Área Especial Anexo a Funerária TEL 61-3245-1065 - 7736	
Bairro:	CEP: 70390150 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00 ÀS 12:00 - 14:00 ÀS 16:00 HS	
Responsável:	Glícia Lustosa Cabral Barbosa e-mail: niab@saude.df.gov.br	
Razão Social:	Estoque Regulador Anexo VI da Secretaria Estadual de Saúde - Tocantins CNPJ: 25053117000164	PALMAS/TO
Endereço:	Quadra 1112 Sul, Alameda 07, Lts 07 a 11 referência: ao lado do posto Cantão TEL. 63-3218-3390/3391/ 3393	
Bairro:	Setor Eco-Industrial CEP: 77024174 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00 as 18:00 hs	
Responsável:	Ana Cristina Pereira Sampaio Aguiar e-mail: estoqueregulador@gmail.com	
Razão Social:	CENTRO DE REFERENCIA PARA O PROGRAMA DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS - Acre CNPJ: 04034526000143	RIO BRANCO/AC
Endereço:	Travessa do Hemoacre, Nº 132 TEL. 68-3228-5851 / 68-3227-3227	
Bairro:	Vila Ivonete CEP: 69908970 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 07:30 hs às 17:30 hs	
Responsável:	Rossana Santos Freitas E-mail: rossana.freitas@ac.gov.br	
Razão Social:	Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas - Alagoas CNPJ: 12200259000165	MACEIÓ/AL
Endereço:	RUA OLDEMBURGO DA SILVA PARANHOS (ANTIGA RUA GOIÁS), 830, APÓS O HOSPITAL PORTUGAL RAMALHO, PRÉDIO VIZINHO A SEDE DO SAMU/AL. TEL. (82)3315-2806/ (82)3315-6109/ (82)3315-6110	
Bairro:	Farol CEP: 57055320 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Segunda à Sexta. Das 7:30 às 17:30hs	
Responsável:	Leina Luiza Brito/João Jorge Goes Lobo.	
Razão Social:	Coordenadoria de Assistência Farmacêutica - Amapá CNPJ: 23086176000103	MACAPÁ/AP
Endereço:	Rodovia BR 156 - Km 0, Nº 353 TEL: (96) 3212-6116 FAX: (96) 3212-6187	
Bairro:	São Lázaro CEP: 68908611 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:30h - 15:30h	
Responsável:	Cecília Ribeiro Afonso e-mail: ceciliaafonso@hotmail.com / caf@saude.ap.gov.br	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Razão Social:	Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Amazonas CNPJ: 09472725000157	
Endereço:	Rua Duque de Caxias, Nº 1.998 TEL. (92) 3631-8416/8786/8787/8768	MANAUS/AM
Bairro:	Praça 14 de Janeiro CEP: 69020141 Horário de Funcionamento: 8:00 às 17:00hs	
Responsável:	Ana Patrícia Gomes de Brito e-mail: patricia_mar1995@hotmail.com tel. 92-3631-8787 ramal 214	
Razão Social:	CENTRAL FARMACÊUTICA DO ESTADO DA BAHIA - Bahia CNPJ: 13937131000141	SALVADOR/BA
Endereço:	Rua Antônio Andrade, 241 TEL: (71) 3117-2581/2580	
Bairro:	Porto Seco Pirajá CEP: 41233015 Horário Funcionamento: 07:00 às 17:00 hs	
Responsável:	Farmº Daniel de Jesus Ribeiro E-mail: daniel.ribeiro@saude.ba.gov.br	
Razão Social:	COASF - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica - Ceará CNPJ: 07954571000104	FORTALEZA/CE
Endereço:	Av. Washington Soares, Nº 7.605 TEL: (85) 3101-4361 - (85) 3274-7220	
Bairro:	Messejana CEP: 60841030 Horário de Funcionamento: 08:00 às 17:00 hs	
Responsável:	Farmº Alexandre Rodrigues Alves E-mail: alexandre.alves@saude.ce.gov.br	
Razão Social:	Secretaria Estadual de Saúde do Espírito Santo - Espirito Santo CNPJ: 27080605000196	VITÓRIA/ES
Endereço:	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 2.025 TEL. 27-3137-2336/2507 27-3381-3320	
Bairro:	Bento Ferreira CEP: 29050625 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00 hs às 17:00 hs	
Responsável:	Samara Delboni e-mail: samaradelboni@saude.es.gov.br	
Razão Social:	Secretaria da Saúde do Estado de Goiás - GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS-GESUP - Goiás CNPJ: 02529964000157	GOIÂNIA/GO
Endereço:	Rua Vinte Seis, Nº 10 TEL. 62-3201-4963	
Bairro:	Santo Antônio CEP: 74853390 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08 às 12h - 14 às 18h	
Responsável:	Nilson 62-8589-0201	
Razão Social:	Almoxarifado Estadual de Medicamentos - Maranhão CNPJ: 02973240000106	SÃO LUIS/MA
Endereço:	Av. dos Franceses, S/Nº (atrás do centro de saúde Genésio Rêgo) TEL. 98-3243-1522	
Bairro:	Vila Palmeira CEP: 65036283 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 13:00 ÀS 18:00 HS	
Responsável:	Farmº Irineide Alencar Mesquita e-mail: neidealencar@hotmail.com	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Razão Social:	Fundo Estadual de Saúde - Mato Grosso CNPJ: 04441389000161	CUIABÁ/MT
Endereço:	Av. Gonçalo Antunes de Barros, Nº 3.366 TEL 65-3653-6306 / FAX 65-3653-1249	
Bairro:	Carumbé CEP: 78058743 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 13:00 às 19:00 hs	
Responsável:	Ludmila Dorado Rodrigues - e-mail: armazenamento.ceadis@ipassaude.org	
Razão Social:	Fundo Especial de Saúde FES/SES/MS - Mato Grosso do Sul CNPJ: 03517102000177	CAMPO GRANDE/MS
Endereço:	Rua Delegado Osmar de Camargo, s/nº Parque dos Poderes TEL 67-3318-1809/1840/1821	
Bairro:	Em frente a ACADEPOL CEP: 79046902 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 7:30 às 13:30 horas	
Responsável:	Gelsania Antonelli - e-mail: gelsania@hotmail.com / gerencia.medicamentos@saude.ms.gov.br	
Razão Social:	Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais CNPJ: 18715516000188	MINAS GERAIS
Endereço:	Para medicamentos da Portaria 344/98	
Bairro:	Nova Esperança CEP: 31250115 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:00 às 17:00hs (administrativo) / 8:00 às 12:00 e 13:00 às 16:00 (recebimento)	
Responsável:	Sueli Maria Paes Fontes e-mail: fatura.almoxx@saude.mg.gov.br	
Razão Social:	CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO/CAF/SESPA - Pará CNPJ: 05054929000117	BELÉM/PA
Endereço:	Travessa Viléta, 1.181 Ref. Entre Marquês Eval e Pedro Miranda TEL 91-4009-7460/7461	
Bairro:	Pedreiras CEP: 66085-710 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 8:00 AS 16:00HS	
Responsável:	Edney Mendes Pereira	
Razão Social:	Almoxarifado Estadual de Medicamentos - Paraíba CNPJ: 08778268000160	JOÃO PESSOA/PB
Endereço:	Av. Capitão José Pessoa, S/Nº TEL. 83-3218-5892 / 5893 / 5895	
Bairro:	Jaguaripe CEP: 58015170 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00 AS 12:00 - 13:30 AS 17:00 HS	
Responsável:	Genilda e-mail: algersespb2008@yahoo.com.br	
Razão Social:	Centro de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR - Paraná CNPJ: 76416866001200	CURITIBA/PR

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Endereço:	Av. Prefeito Lothário Meissner, Nº 350 TEL. 41-3360-6700/6731	
Bairro:	Jardim Botânico CEP: 80210170 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 09:00 às 17:00 hs	
Responsável:	Paulo Henrique Marques e-mail: phmarques2008@hotmail.com	RECIFE/PE
Razão Social:	Saúde Log - Pernambuco CNPJ: 10572048000128	
Endereço:	Av. Recuperação, BR 101 Norte, nº 6.955 - Km 58,5 Após a fábrica de biscoitos confiança TEL. 81-3437-4994 / 9271-2375 / 9242-9192	
Bairro:	Guabiraba CEP: 52291000 Horário de funcionamento: 8:00 às 17:00 horas	
Responsável:	Erivaldo Mariano e-mail: erivaldo.saudelog@gmail.com 81-9251-9365/ Gabriela França e-mail: gabriella.franca@saudelog.com.br	
Razão Social:	Governo Estadual - Secretaria da Saúde - Piauí CNPJ: 06553564000138	TERESINA/PI
Endereço:	Rua 19 de Novembro, Nº 1.865 TEL.86-3216-3655	
Bairro:	Primavera CEP: 64002570 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08 às 17:00 segunda a sexta - feira	
Responsável:	Maurício	
Razão Social:	Almoxarifado Estadual de Medicamentos - Rio de Janeiro CNPJ: 42498717006277	NITEROI/RJ
Endereço:	Rua Dr. Luiz Palmier, Nº 762 TEL. (21) 2628-5595 / 2628-2731 / 21-7615-3360/ 21-68417220	
Bairro:	Barreto CEP: 24110310 Horário de funcionamento: Segunda a sexta das 07:00 as 18:00	
Responsável:	Julio Grachet e-mail: julio.grachet@facilitytec.com.br / roseni.toffoli@facilitytec.com.br	
Razão Social:	Unicat - Unidade Central de Agentes Terapêuticos - Rio Grande do Norte CNPJ: 08241754000145	NATAL/RN
Endereço:	Rua Nilo Bezerra Ramalho, Nº 1.691 TEL.: 84-3232-6842 / 84-3232-5807 / 84-3232-2585	
Bairro:	Morro Branco CEP: 59015300 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00 às 17:00 hs	
Responsável:	Paulo Davi e-mail: paulodavy@gmail.com	
Razão Social:	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - Rio Grande do Sul CNPJ: 00689359000118	PORTO ALEGRE/RS
Endereço:	Av. Ipiranga, Nº 6.113 TEL. 51-3336-3710/1112	
Bairro:	Partenon CEP: 90610000 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00h	
Responsável:	Ana Paula / Tatiana e-mail: daf@fepps.rs.gov.br	
Razão Social:	CEAF - Setor Farmácia - Rondônia CNPJ: 00733062000102	PORTO VELHO/RO
Endereço:	Av. Calama, Nº 1.750 TEL 69-3216-7318 / 69-8134-2949	
Bairro:	São João Bosco CEP: 76803-745	
Responsável:	Helder Santos e-mail: cmdero.helder@gmail.com	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Razão Social:	DAF - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - Roraima CNPJ: 84013408000198	BOA VISTA/RR
Endereço:	Av. Mário Homem de Melo, Nº 4.491 TEL. 95-3627-2958	
Bairro:	Caimbé CEP: 69312155 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 07:00 as 18:00 hs	
Responsável:	Michele Barbosa Rosa Filgueira	
Razão Social:	Almoxarifado Estadual de Medicamentos - Santa Catarina CNPJ: 80673411000187	PALHOÇA/SC
Endereço:	Av. Valfride Vieira Martins, s/nº - Referencia: Sentido Lages BR 282 – entrar na rua da churrascaria Zunino TEL. 48-91595568/ 48-91287585	
Bairro:	Bela Vista CEP: 88132-704 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 13:00 ÀS 18:00 HS	
Responsável:	Adriana Borges – email: almoxarifadodiaf@saude.sc.gov.br	
Razão Social:	Fundação Para O Remédio Polular-FURP "Chpoin Tavares de Lima" - São Paulo CNPJ: 43640754000119	GUARULHOS/SP
Endereço: (definir no ato do agendamento)	Rua Endrés nº35, Guarulhos –SP TEL. 11-2423-6116/6112	
	Rua Lauro de Gusmão Silveira, nº479, Guarulhos –SP	
Bairro:	Itapegica CEP: 07043902 Horário de Funcionamento : 08:00 hs às 17:00 hs	
Responsável:	Madson C. G. Nobrega e-mail: madson_nobrega@furp.sp.gov.br	
Razão Social:	Fundo Estadual de Saúde/SES Setor ALCEN - Almoxarifado Central - Sergipe CNPJ: 04384829000196	ARACAJU/SE
Endereço:	Rua Porto da Folha, Nº 345 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 7h as 12h das 14h as 17h30 de segunda a sexta	
Bairro:	Getúlio Vargas - CEP: 49055540 TEL. (79) 3214-0294/2483 Fax (79) 3211-5203	
Responsável:	Eila Fonseca - Gerente de Suprimentos email: eila .ferreira@saude.se.gov.br	
Razão Social:	Serviço de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde - SADM/MS - Brasília CNPJ: 00394544000851	BRASÍLIA /DF (SADM/MS)
Endereço:	SIA Trecho 4 Lotes 1220/1280 TEL. 61-3315-7779	
Bairro:	CEP: 71200040	
Responsável:	E-mail: sadm.cgad@saude.gov.br	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CÂMARA FRIA		
Razão Social:	Serviço de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde - SADM/MS - Brasília CNPJ: 00394544000851	BRASÍLIA /DF (SADM/MS) Águas Claras Águas Claras
Endereço:	ADE Conjunto 22 lote 17 TEL. 61-3399-7790	
Bairro:	CEP: 71920540	
Responsável:	E-mail: sadm.cgad@saude.gov.br	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Informações para Cotação de Transporte de Mesilato de Imatinibe 400mg - comprimidos revestidos**

Unidade Federação	Quantidade		Informações p/ Transporte		
	Estimada	Volumes	Peso kg	Cubagem m ³	Valor R\$
Acre	8.100	13,00	24,429	0,174	512.001,00
Alagoas	23.085	37,00	69,621	0,495	1.459.202,85
Amapá	7.290	12,00	21,986	0,161	460.800,90
Amazonas	31.185	50,00	94,050	0,670	1.971.203,85
Bahia	122.018	194,00	367,991	2,598	7.712.757,78
Ceará	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Distrito Federal	86.670	138,00	261,386	1,848	5.478.410,70
Espírito Santo	47.385	76,00	142,907	1,018	2.995.205,85
Goiás	80.707	129,00	243,402	1,727	5.101.489,47
Maranhão	44.550	71,00	134,357	0,951	2.816.005,50
Mato Grosso	44.145	71,00	133,136	0,951	2.790.405,45
Mato Grosso do Sul	31.590	51,00	95,271	0,683	1.996.803,90
Minas Gerais	347.960	553,00	1.049,403	7,405	21.994.551,60
Pará	79.177	126,00	238,788	1,687	5.004.778,17
Paraíba	52.245	83,00	157,564	1,111	3.302.406,45
Paraná	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Pernambuco	91.800	146,00	276,857	1,955	5.802.678,00
Piauí	44.955	72,00	135,579	0,964	2.841.605,55
Rio de Janeiro	248.380	395,00	749,083	5,289	15.700.099,80
Rio Grande do Norte	42.525	68,00	128,250	0,911	2.688.005,25
Rio Grande do Sul	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Rondônia	26.325	42,00	79,393	0,562	1.664.003,25
Roraima	7.290	12,00	21,986	0,161	460.800,90
Santa Catarina	0	0,00	0,000	0,000	0,00
São Paulo	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Segipe	27.945	45,00	84,279	0,603	1.766.403,45
Tocantins	20.453	33,00	61,684	0,442	1.292.834,13
SADM/MS	181.740	289,00	548,105	3,870	11.487.785,40
Total	1.697.520	2.706	5.119,505	36,235	107.300.239,20

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Base de Dados**

Peso (kg)			Cubagem por Caixa m ³
Caixa Completa	Caixa Vazia	Cartucho	
1,900	0,200	0,080	0,013

Preço Unitário - R\$/comprimido revestido
400 mg
63,21

Observações:

- 1 - A caixa completa contém 630 comprimidos revestidos
630 = 21 cartuchos com 30 comprimidos revestidos cada.

PARCELA	QTDD
1ª Parcela – até 05/01/2015	424.380
2ª Parcela – até 30/03/2015	424.380
3ª Parcela – até 30/06/2015	424.380
4ª Parcela – até 30/09/2015	424.380
TOTAL	1.697.520

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Informações para Cotação de Transporte de Mesilato de Imatinibe 100mg - comprimidos revestidos**

Unidade Federação	Quantidade		Informações p/ Transporte		
	Estimada	Volumes	Peso kg	Cubagem m ³	Valor R\$
Acre	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Alagoas	3.180	2,00	4,795	0,027	50.212,20
Amapá	3.600	2,00	5,429	0,027	56.844,00
Amazonas	7.230	5,00	10,902	0,067	114.161,70
Bahia	24.780	20,00	37,367	0,268	391.276,20
Ceará	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Distrito Federal	6.990	4,00	10,540	0,054	110.372,10
Espírito Santo	13.950	8,00	21,036	0,107	220.270,50
Goiás	20.220	12,00	30,490	0,161	319.273,80
Maranhão	16.380	10,00	24,700	0,134	258.640,20
Mato Grosso	10.800	6,00	16,286	0,080	170.532,00
Mato Grosso do Sul	15.300	9,00	23,071	0,121	241.587,00
Minas Gerais	135.030	76,00	203,617	1,018	2.132.123,70
Pará	19.800	11,00	29,857	0,147	312.642,00
Paraíba	7.680	5,00	11,581	0,067	121.267,20
Paraná	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Pernambuco	55.020	31,00	82,967	0,415	868.765,80
Piauí	17.880	10,00	26,962	0,134	282.325,20
Rio de Janeiro	72.540	41,00	109,386	0,549	1.145.406,60
Rio Grande do Norte	3.240	2,00	4,886	0,027	51.159,60
Rio Grande do Sul	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Rondônia	3.825	3,00	5,768	0,040	60.396,75
Roraima	2.070	2,00	3,121	0,027	32.685,30
Santa Catarina	0	0,00	0,000	0,000	0,00
São Paulo	0	0,00	0,000	0,000	0,00
Segipe	10.380	6,00	15,652	0,080	163.900,20
Tocantins	900	1,00	1,357	0,013	14.211,00
SADM/MS	78.045	44,00	117,687	0,589	1.232.330,55
Total	528.840	310	797,457	4,151	8.350.383,60

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Base de Dados**

Peso (kg)			Cubagem por Caixa m ³
Caixa Completa	Caixa Vazia	Cartucho	
1,900	0,200	0,080	0,013

Preço Unitário - R\$/comprimido revestido
100 mg 15,79

Observações:

1 - A caixa completa poderá conter 1260 comprimidos revestidos
1260 = 21 cartuchos com 60 comprimidos revestidos cada.

PARCELA	QTDD
1ª Parcela – até 05/01/2015	132.300
2ª Parcela – até 30/03/2015	132.180
3ª Parcela – até 30/06/2015	132.180
4ª Parcela – até 30/09/2015	132.180
TOTAL	528.840

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Anexo II – Proposta de Preços**

ANEXO II						
<u>PROPOSTA DE PREÇOS</u>		Licitação por Pregão Eletrônico nº 046/2014. A realizar-se em 12/12/2014 às 10h00min. Processo administrativo nº E-08/005/000577/2014.				
A firma ao lado mencionada propõe fornecer ao Instituto Vital Brazil, pelo preço abaixo assinalado, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 046/2014.		CARIMBO DA FIRMA				
LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	PREÇO (R\$)	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	ITEM 01 - ID 48690 - Contratação de empresa especializada no transporte nacional de medicamentos (coletas e entregas).	SERVIÇO	01			
OBSERVAÇÕES A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade e total, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais; ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador, o Proponente se obrigará, mediante entrega da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser entregue a este Órgão, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. A licitação poderá ser anulada no todo, ou em parte, em conformidade com a legislação vigente.		Prazo de execução do serviço: Até 03 (três) dias úteis, contados a partir da expedição da ordem de serviço. Validade da Proposta de Preços: 60 (sessenta) dias. Local de coletas: Rua Gravataí nº 20 - Jacaré - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.975-030. Banco: Bradesco; Agência:.....;Conta Corrente:..... Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente. Em, / /2014. _____ Firma Proponente				

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo III – Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2014		DATA: 12/12/14		PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-08/005/000577/2014.	
LOTE	PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANT.	PÇO. UNITÁRIO	TOTAL
01	ITEM 01 - ID 48690 - Contratação de empresa especializada no transporte nacional de medicamentos (coletas e entregas).	SERVIÇO	01	R\$ 727.406,94	R\$ 727.406,94
				TOTAL:	R\$ 727.406,94

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo IV – Minuta Contratual

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO VITAL BRAZIL (CENTRO DE PESQUISAS, PRODUTOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS)

Contrato nº...../.....

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE NACIONAL DE MEDICAMENTOS (COLETAS E ENTREGAS), que entre si celebram **O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por meio do **INSTITUTO VITAL BRAZIL (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos)** e a na forma abaixo.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pelo **INSTITUTO VITAL BRAZIL** (Centro de Pesquisas, Produtos Químicos e Biológicos), doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Diretor, portador da cédula de identidade nº, e a empresa, vencedora do Pregão Eletrônico nº, situada na Rua nº, Bairro, Cidade....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, cédula de identidade nº, residente e domiciliado na Rua nº, Cidade..... resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE NACIONAL DE MEDICAMENTOS (COLETAS E ENTREGAS)**, com fundamento no processo administrativo nº **E-08/005/000577/2014**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nº 3.149 de 28 de abril de 1980 e 42.301 de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este Contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO TRANSPORTE NACIONAL DE MEDICAMENTOS (COLETAS E ENTREGAS)**, que deverá ser executada de acordo com as especificações dos **Anexos I, II e X** partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 - O prazo de vigência do Contrato será de até 10 (dez) meses, contados a partir da data de sua assinatura, desde que posterior à data de publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula ou, caso haja alteração do cronograma de entrega, até que esta seja efetivamente concluída, na forma do disposto no parágrafo 3º do artigo 77 do Decreto nº 3.149/80.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 - Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b) Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente Contrato;
- c) Exercer a fiscalização do Contrato;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato nas formas definidas no Edital e no Contrato;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância ao Termo de Referência e Proposta de Preços (**Anexos I e II**) e da legislação vigente;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

b) Coletar o (s) lote (s) de medicamento na Rua Gravataí, nº 20, Jacaré - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.975-030;

b.1) Os locais de entrega estão definidos no **Anexo I**, assim como o quantitativo para cada localidade;

c) Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado, assim como com equipamentos e veículos adequados e em todos os níveis de trabalho;

d) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

d.1) O prazo para cada entrega será de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da coleta dos medicamentos no local designado pelo **CONTRATANTE** (alínea "b") ;

e) Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

f) Responder pelos serviços que executar, na forma da legislação aplicável;

g) Elaborar relatório sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do Contrato, relatando todas as entregas realizadas, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual, imediatamente após a entrega dos medicamentos nos Almoxarifados das Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e no Serviço de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos do Ministério da Saúde (SADM/MS);

g.1) Após realizada cada entrega, a **CONTRATADA**, de imediato, deverá prestar as seguintes informações à **CONTRATANTE**:

→ data e hora em que foi realizada a entrega;

→ nome e matrícula do receptor dos medicamentos em cada local de entrega;

g.2) O **CONTRATANTE**, a qualquer momento, pode solicitar à **CONTRATADA**, informações sobre a localização atual dos medicamentos, sendo constantemente atualizadas (rastreamento em tempo real);

g.3) As informações acima mencionadas, independentemente do contato telefônico, também deverão ser encaminhadas para os seguintes e-mails: _____

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

- h) Manter-se, durante toda a duração deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, seja por determinação legal, seja pelas agências reguladoras pertinentes, para o transporte do Medicamento genérico Mesilato de Imatinibe 400mg e 100mg - comprimido revestido;
- i) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas;
- j) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros;
- k) Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma transferir a terceiros, serviços ora contratados, sem a anuência da **CONTRATANTE**, observando o disposto na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- l) As obrigações relacionadas nos itens anteriores são meramente exemplificativas, não eximindo a **CONTRATADA** de outras que decorram do Contrato ou da Legislação;
- m) Garantir o seguro do transporte, resguardando as cargas de qualquer fato superveniente.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, assim classificadas:

Natureza das Despesas: **33.90.39**Fonte de Recurso: **010**Programa de Trabalho: **10.122.0002.2016**

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

6.1 - Dá-se a este Contrato valor total de R\$ (.....).

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Instrumento Convocatório, Termo de Referência, do cronograma de execução e da Legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão constituída de 03 (três) membros designados pelo Diretor Presidente, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do Contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, de acordo com o cronograma de execução, na seguinte forma:

a) Provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão referida, podendo ser dispensado nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 74 da Lei nº 8.666/93; e

b) Definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão constituída na forma acima, no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório, quando já decorrido o prazo de observação e de vistoria, que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais, a verificação da qualidade e da quantidade do material.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao Diretor Presidente, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: Salvo se houver exigência a ser cumprida, o processamento da aceitação provisória e/ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUINTO: Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a Comissão não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas, assinalando prazo para a **CONTRATADA** realizar os necessários reparos, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

PARÁGRAFO SEXTO: O prazo para as correções será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório circunstanciado acima referido.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO SÉTIMO: Sanadas as pendências, a Comissão deverá realizar nova vistoria, a ser efetuada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para o recebimento definitivo, se for o caso.

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO NONO: A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do Contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

8.1 - A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do Contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo segundo desta Cláusula, ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO: Permanecendo a inadimplência total ou parcial o Contrato será rescindido.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO QUINTO: No caso do parágrafo anterior, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ (.....), a ser realizado em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ (.....) diretamente na conta corrente nº, agência, de titularidade da **CONTRATADA**, junto a instituição financeira contratada pelo Estado, em conformidade com o Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 e a Resolução Conjunta SEFAZ/CASA CIVIL nº 130 de 29 de setembro de 2011.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento ao **INSTITUTO VITAL BRAZIL**, sito à Rua Maestro José Botelho, 64 - Vital Brazil, Niterói, acompanhada do comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Satisfeitas as obrigações previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula, o prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento de prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IGPM** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO SÉTIMO: Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da Proposta, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **IGPM**, que devera retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, XI, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATADA** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 09 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no parágrafo 1º, alíneas "a", "b", "c" e "d" do artigo 2º da Resolução SER nº 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

10.1 - A **CONTRATADA**, neste momento, presta uma garantia, na modalidade de....., relativa à 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para a liberação da garantia deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do Contrato, liberando-a mediante comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao Contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso verificado o descumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, o valor da garantia poderá ser utilizado para o pagamento direto aos empregados da **CONTRATADA** que participaram da execução do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a novas contratações salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO SEXTO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA**, o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste Contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções administrativas cabíveis o Estado poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

13.1 - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) Advertência;

b) Multa administrativa;

c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do **ÓRGÃO LICITANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A advertência e a multa, previstas nas alíneas *a* e *b*, da Cláusula décima terceira, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *c*, da Cláusula décima terceira, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do artigo 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO SEXTO: A aplicação da sanção prevista na alínea *d*, da Cláusula décima terceira, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A multa administrativa, prevista na alínea *b*, da Cláusula décima terceira:

- a) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO OITAVO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *c*, da Cláusula décima terceira:

- a) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 02 (dois) anos;
- b) Sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO NONO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea *d*, da Cláusula décima terceira, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A reabilitação poderá ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor das multas previstas na alínea *b*, da Cláusula décima terceira, e no parágrafo sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas *a*, *b* e *c*, da Cláusula décima terceira, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea *d*, da Cláusula décima terceira.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela Autoridade Competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estipulado pelo **ÓRGÃO LICITANTE**, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: As penalidades previstas da Cláusula décima terceira também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO LICITANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas *c* e *d* da Cláusula décima terceira, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, Contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo segundo da Cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Será aplicada à **CONTRATADA** a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 01 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

14.1 - O **CONTRATANTE** poderá denunciar o Contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente, após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A denúncia e a rescisão administrativa deste Contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) Reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) Cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados;
- c) Cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

15.1 - As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e Honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1 - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do Contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Edital da licitação, nos seguintes casos:

I - Quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - Quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

17.1 - Constitui cláusula essencial do presente Contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do Contrato a que se refere o artigo 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1 - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

19.1 - Após a assinatura do Contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia autenticada do Contrato até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do Empenho, fundamento legal do ato e número do processo administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

20.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói - RJ, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, de de 2014.

.....
INSTITUTO VITAL BRAZIL
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

.....
TESTEMUNHA

.....
CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

.....
TESTEMUNHA

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

**Anexo V – Modelo de Declaração para atendimento ao inciso V, do artigo 27 da
Lei nº 8.666/93.**

Niterói,dede 2014.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 046/2014.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

**Anexo VI – Modelo de Declaração para atendimento ao Decreto Estadual
nº 33.925, de 18.09.2003.**

Niterói,dede 2014.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 046/2014.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 33.925, de 18.09.2003, que dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de ___%, na medida em que atualmente conta com ____ (_____) empregados.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

Observação: caso possua menos de cem empregados, a declaração deverá ser apresentada na seguinte forma (Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Decreto do Estado do Rio de Janeiro nº 33.925, de 18.09.2003, que dispõe, em seus quadros menos de 100 empregados, de modo que não se submete ao regime neste estabelecido.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo VII – Modelo de Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Empresário Individual e Cooperativas enquadradas no artigo 34, da lei nº 11.488, de 2007.

Niterói,dede 2014.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 046/2014.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas)
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo VIII - Convênio ICMS n.º 026 de 04 de abril de 2003

- Publicado no DOU de 09.04.2003.
 - Ratificação Nacional DOU de 28.04.2003, pelo [Ato Declaratório 05/2003](#).
 - Adesão do AM pelo [Convênio ICMS 006/2005](#), efeitos a partir de 15.03.2005.
 - Exclusão de AM e DF pelo [Conv. ICMS 61/2004](#), efeitos a partir de 13.07.2004.
 - Exclusão de AC, AL, MT, MS, PE e PI pelo [Conv. ICMS 84/2004](#), efeitos a partir de 19.10.2004.
- I. Vide [Portaria ST n.º 22/2003](#).
- II. Disciplinado pela [Resolução SER n.º 47/2003](#).

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na sua 109ª reunião ordinária, realizada em Salvador, BA, no dia 4 de abril de 2003, tendo em vista o disposto na [Lei Complementar n.º 24](#), de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam os **Estados** e o **Distrito Federal** autorizados a conceder isenção de ICMS nas operações ou prestações internas, relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

§ 1º A isenção de que trata o "caput" fica condicionada:

I – ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado;

II – à indicação, no respectivo documento fiscal, do valor do desconto;

III – à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior.

§ 2º - A inexistência de similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional.

§ 3º Ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a dispensar o estorno do crédito fiscal a que se refere o artigo 21 da [Lei Complementar nº 87](#), de 13 setembro de 1996.

§ 4º No caso de mercadorias ou serviços sujeitos ao regime de substituição tributária, os Estados podem autorizar a transferência do valor do ICMS retido por antecipação, a crédito do contribuinte substituído que realizou operação ou prestação subsequente isenta, conforme dispuser a legislação estadual.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Cláusula segunda. O disposto no inciso III da cláusula anterior não se aplica ao Estado do Paraná relativamente ao desembaraço aduaneiro de mercadoria importada do exterior efetuado até 30 de junho de 2003.

Cláusula terceira. Este Convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional. Salvador, BA, 4 de abril de 2003

Resolução SER n.º 047 de 24 de setembro de 2003

Estabelece normas para concessão de isenção do ICMS nas operações ou prestações internas, destinadas a órgãos da administração pública estadual direta e suas fundações e autarquias, conforme previsto no Convênio ICMS 26/03.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista as disposições contidas no [Convênio ICMS 26/03](#), de 04 de abril de 2003,

RESOLVE :

Art. 1.º Ficam isentas do ICMS as operações e prestações internas, relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias.

Art. 2.º Para fruição do benefício previsto no artigo anterior, o estabelecimento remetente deve abater do preço da mercadoria ou do serviço o valor equivalente ao imposto dispensado.

§ 1.º Na Nota Fiscal que acobertar a saída da mercadoria ou a prestação do serviço, o estabelecimento remetente fica obrigado a:

- demonstrar os cálculos relativos à redução do preço;
- mencionar a seguinte expressão: "*Operação beneficiada com isenção do ICMS nos termos do Convênio ICMS 26/03. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)*".
- mencionar o número e a data da Nota de Empenho e o código da Unidade Executora;
- mencionar o número da Declaração de Importação (DI) e da respectiva nota fiscal emitida na entrada, na hipótese de mercadoria ou bem importado.

§ 2.º As exigências estabelecidas nos itens "c" e "d" do parágrafo anterior não se aplicam às empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, telefonia e de fornecimento de água.

Art. 3.º As empresas que efetuarem operações com a isenção, a que se refere o artigo 1º, exceto as concessionárias de serviço público a que se refere o §2º do artigo anterior, devem apresentar à repartição fiscal de sua circunscrição, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da operação ou prestação, declaração contendo a informação do órgão público estadual destinatário das mercadorias ou dos serviços.

Parágrafo único - A declaração a que se refere este artigo deve estar acompanhada dos seguintes documentos:

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

- a) cópia do contrato social da empresa declarante;
- b) procuração atribuindo poderes ao signatário da declaração para representar a empresa declarante;
- c) cópia do documento de identidade do procurador;
- d) cópia das Notas Fiscais emitidas;
- e) cópia do instrumento de contrato assinado com o órgão público estadual para o fornecimento das mercadorias ou a prestação dos serviços.

{*redação da alínea "e" do parágrafo único do art. 3.º, alterada pela [Resolução SER n.º 121/2004](#), com efeitos a partir de 11.08.2004*}

[redação(ões) anterior(es) ou original]

Art. 4.º A repartição fiscal encaminhará a declaração a que se refere o artigo anterior ao Departamento de Planejamento Fiscal da Subsecretaria-Adjunta de Fiscalização, para as verificações que julgar necessárias.

Art. 5.º O contribuinte que deixar de efetuar a comunicação a que se refere o artigo 3º perderá o direito ao benefício, sendo-lhe exigido o imposto dispensado, com todos os acréscimos legais.

Art. 6.º Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a concessão do benefício fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país.

Parágrafo único - A inexistência de similar produzido no país será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional.

Art. 7.º Fica dispensado o estorno do crédito fiscal do ICMS a que se refere o inciso I, do artigo 37, da [Lei nº 2.657](#), de 26 de dezembro de 1996, relativo às mercadorias e serviços cuja operação subsequente seja beneficiada pela isenção de que trata esta resolução.

Parágrafo único - No caso de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, fica autorizada a transferência do valor do ICMS retido por antecipação, a crédito do contribuinte substituído que realizou a operação ou prestação subsequente isenta.

Art. 8.º O descumprimento das condições estabelecidas nesta resolução acarreta a perda do direito ao benefício nela previsto e a exigibilidade do imposto não pago, com todos os acréscimos legais.

Art. 9.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto viger o [Convênio ICMS 26/03](#).

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 2003.

VIRGILIO AUGUSTO DA COSTA VAL

Secretário de Estado da Receita.

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo IX- Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta para atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.2011.

Niterói,dede 2014.

À Comissão de Pregão

A/c Sr. Juarez Pacheco Tavares Júnior - Pregoeiro

Ref.: **Pregão Eletrônico nº 046/2014.**

(Entidade), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do **ÓRGÃO LICITANTE** antes da abertura oficial das propostas e;

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is) com firmas reconhecidas) CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL

Anexo X - PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Composição de Custos e Formação de Preços do Transporte de Medicamento genérico Mesilato de Imatinibe 400mg - comprimido revestido

Unidade Federação	Quantidade		Informações p/ Transporte		
	Estimada	Volumes	Peso kg	Cubagem m ³	Valor R\$
Acre	8.100	13,00	24,429	0,174	
Alagoas	23.085	37,00	69,621	0,495	
Amapá	7.290	12,00	21,986	0,161	
Amazonas	31.185	50,00	94,050	0,670	
Bahia	122.018	194,00	367,991	2,598	
Ceará	0	0,00	0,000	0,000	
Distrito Federal	86.670	138,00	261,386	1,848	
Espírito Santo	47.385	76,00	142,907	1,018	
Goiás	80.707	129,00	243,402	1,727	
Maranhão	44.550	71,00	134,357	0,951	
Mato Grosso	44.145	71,00	133,136	0,951	
Mato Grosso do Sul	31.590	51,00	95,271	0,683	
Minas Gerais	347.960	553,00	1.049,403	7,405	
Pará	79.177	126,00	238,788	1,687	
Paraíba	52.245	83,00	157,564	1,111	
Paraná	0	0,00	0,000	0,000	
Pernambuco	91.800	146,00	276,857	1,955	
Piauí	44.955	72,00	135,579	0,964	
Rio de Janeiro	248.380	395,00	749,083	5,289	
Rio Grande do Norte	42.525	68,00	128,250	0,911	
Rio Grande do Sul	0	0,00	0,000	0,000	
Rondônia	26.325	42,00	79,393	0,562	
Roraima	7.290	12,00	21,986	0,161	
Santa Catarina	0	0,00	0,000	0,000	
São Paulo	0	0,00	0,000	0,000	
Segipe	27.945	45,00	84,279	0,603	
Tocantins	20.453	33,00	61,684	0,442	
SADM/MS	181.740	289,00	548,105	3,870	
Total	1.697.520	2.706	5.119,505	36,235	

**SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL**

Processo nº E-08/005/000577/2014

Data: 07/07/2014 Fls. _____

Rubrica: _____ ID: 2697443-6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
INSTITUTO VITAL BRAZIL**Composição de Custos e Formação de Preços do Transporte de Medicamento genérico Mesilato de Imatinibe 100mg - comprimido revestido**

Unidade Federação	Quantidade		Informações p/ Transporte		
	Estimada	Volumes	Peso kg	Cubagem m ³	Valor R\$
Acre	0	0,00	0,000	0,000	
Alagoas	3.180	2,00	4,795	0,027	
Amapá	3.600	2,00	5,429	0,027	
Amazonas	7.230	5,00	10,902	0,067	
Bahia	24.780	20,00	37,367	0,268	
Ceará	0	0,00	0,000	0,000	
Distrito Federal	6.990	4,00	10,540	0,054	
Espírito Santo	13.950	8,00	21,036	0,107	
Goiás	20.220	12,00	30,490	0,161	
Maranhão	16.380	10,00	24,700	0,134	
Mato Grosso	10.800	6,00	16,286	0,080	
Mato Grosso do Sul	15.300	9,00	23,071	0,121	
Minas Gerais	135.030	76,00	203,617	1,018	
Pará	19.800	11,00	29,857	0,147	
Paraíba	7.680	5,00	11,581	0,067	
Paraná	0	0,00	0,000	0,000	
Pernambuco	55.020	31,00	82,967	0,415	
Piauí	17.880	10,00	26,962	0,134	
Rio de Janeiro	72.540	41,00	109,386	0,549	
Rio Grande do Norte	3.240	2,00	4,886	0,027	
Rio Grande do Sul	0	0,00	0,000	0,000	
Rondônia	3.825	3,00	5,768	0,040	
Roraima	2.070	2,00	3,121	0,027	
Santa Catarina	0	0,00	0,000	0,000	
São Paulo	0	0,00	0,000	0,000	
Segipe	10.380	6,00	15,652	0,080	
Tocantins	900	1,00	1,357	0,013	
SADM/MS	78.045	44,00	117,687	0,589	
Total	528.840	310	797,457	4,151	